

Se o Brasil não retomar pagamento bancos não desembolsam recursos

por Paulo Sotero
de Washington

O comitê de bancos credores comunicou ao governo brasileiro que o desembolso da segunda parcela do empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões concedido ao País no mês passado, previsto para a próxima segunda-feira, poderá não se efetivar caso o governo não cumpra o compromisso que assumiu com os bancos, ao assinar o "entendimento preliminar de normalização das relações", em novembro passado, de manter os pagamentos de juros correntes a partir de janeiro de 1988. Uma fonte bem informada disse que o comitê decidira "trabalhar intensamente" junto ao governo brasileiro para convencê-lo sobre "a importância da retomada dos pagamentos". Outras fontes bancárias igualmente informadas sobre a campanha de pressão iniciada pelo comando dos credores, informaram, contudo, que não acreditam que haverá um colapso das negociações, marcadas para começar na próxima segunda-feira, em Nova York, caso o Brasil mantenha a sua posição, o que é esperado.

O desembolso ameaçado é de US\$ 240,3 milhões. So-

mado aos cerca de US\$ 120 milhões que o Brasil retirará de suas reservas, esse dinheiro servirá para cobrir a conta de juros da segunda quinzena de dezembro. Os juros de setembro a 15 de dezembro foram pagos no penúltimo dia de 1987.

A posição do governo brasileiro a respeito desse item do "entendimento preliminar", que foi concluído pela equipe do então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, foi desde o início de que a retomada dos pagamentos de juros em 1988 ficaria condicionada à conclusão de um acordo mais amplo de reescalonamento da dívida até meados de janeiro, conforme também ficou estipulado no cronograma estabelecido no "entendimento", para viabilizar a suspensão da moratória. Mais: a volta dos pagamentos, avisaram as autoridades brasileiras, dependeria também da disposição dos credores de facilitar algum tipo de esquema provisório de financiamento, que cobriria uma parte dos juros, até a data de efetivação do novo acordo, prevista para junho de 1988. De acordo com fontes oficiais brasileiras, o novo ministro da Fazenda, Mílson Ferreira da



Fernando Milliet

Nóbrega, manteve essa posição.

Desde o início, o comitê de bancos credores tomou, contudo, a decisão política de ignorar as condições colocadas pelo governo para retomar os pagamentos de juros. Com a saída de Bresser Pereira, intensificaram-se os sinais de que os banqueiros transformariam a questão no primeiro teste para o seu sucessor. Na última quarta-feira, as pressões nesse sentido materializaram-se sobre o próprio comitê, numa reunião realizada na manhã da última quarta-feira na sede do Manufacturers Hanover Trust, que faz as vezes de coordenador dos credores norte-americanos do Brasil. Cerca de 45 bancos estavam representados.

O assunto foi levantado por alguns bancos que tinham pagamentos de juros a receber do Brasil nos primeiros dias do ano e nada haviam recebido. Mais de um banqueiro disse que havia cobrado do devedor brasileiro e ouvido deste a informação de que os cruzados correspondentes ao pagamento tinham sido depositados no Banco Central, uma vez que não havia instrução para se proceder

de outra forma. Paralelamente, outros credores queixaram-se, na reunião, de que haviam recebido menos do que esperavam e do que lhes era devido no dia 30 de dezembro último, quando os bancos desembolsaram a primeira parcela do empréstimo-ponte de US\$ 3 milhões e o Brasil liberou cerca de US\$ 360 milhões de suas reservas, num total de aproximadamente US\$ 1,1 bilhão.

De acordo com os relatos da reunião recolhidos por este jornal, alguns banqueiros disseram que teriam problemas para convencer a direção de seus bancos a autorizar o segundo desembolso na hipótese de continuarem a receber menos em pagamento de juros do que haviam emprestado ao Brasil. Outros alegaram que teriam problemas para liberar sua fatia da segunda parcela do empréstimo-ponte caso não recebam os juros de janeiro que estão vencendo. Nenhum disse taxativamente, contudo, que suspenderia o desembolso. A decisão de pressionar o governo brasileiro parece refletir, assim, acima de tudo a disposição de testar a postura mais flexível e pragmática que os novos responsáveis pela condução da política econômica brasileira estariam dispostos a assumir na negociação com os banqueiros, segundo eles próprios apressaram-se em divulgar.

É sintomático dessa posição a análise da posição de reservas do Brasil e da projeção do saldo comercial para 1988 que um enviado do comando do comitê de bancos fez na reunião do Manufacturers Hanover. O executivo concluiu que o Brasil tem os recursos necessários para manter correntes os pagamentos de juros. "E apenas uma questão de vontade", definiu o banqueiro.